



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS- CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL- DSS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

NATHALLYA LETHIERRY DE GOUVEIA NEVES

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – ENFRENTANDO A PROBLEMÁTICA DA
INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)**

CAMPINA GRANDE- PB

2023

NATHALLYA LETHIERRY DE GOUVEIA NEVES

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – ENFRENTANDO A PROBLEMÁTICA DA
INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof Ma. Thereza Karla de Souza Melo

CAMPINA GRANDE- PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N518s Neves, Nathallya Lethierry de Gouveia.

Serviço social e educação – enfrentando a problemática da infrequência escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo no município de Campina Grande (PB) [manuscrito] / Nathallya Lethierry de Gouveia Neves. - 2023.

33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo, Departamento de Serviço Social - CCSA. "

1. Educação. 2. Serviço social. 3. Infrequência escolar. I.

Título

21. ed. CDD 361

NATHALLYA LETHIERRY DE GOUVEIA NEVES

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – ENFRENTANDO A PROBLEMÁTICA DA
INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 17/09/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Thereza Karla de Souza Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr Maria Noalda Ramalho
Assistente social da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gustavo
Adolfo Cândido Alves



Ma. Maria das Graças Cabral
Assistente Social da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	07
2.	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	08
2.1	A educação como direito fundamental e os desafios para garanti-lo.....	11
3.	AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À INFRAQUÊNCIA ESCOLAR NA ESCOLA ANA AZEVEDO.....	19
3.1	3.1 Caracterização de campo.....	19
3.2	3.2 A infrequência Escolar na escola Municipal Ana Azevedo	23
4.	4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	27
	ANEXO A - CARTAZES.....	31
	ANEXO B - POTE DE MEMÓRIAS.....	32
	ANEXO C - SUCULENTAS.....	32

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO – ENFRENTANDO A PROBLEMÁTICA DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)

Nathallya Lethierry de Gouveia Neves¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir acerca da problemática da infrequência escolar de crianças e adolescentes, sendo resultado da experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, realizada na Escola Municipal Ana Azevedo, no município de Campina Grande (PB), no período de setembro a dezembro de 2022, na qual é relatado o problema da infrequência escolar como principal demanda, o que resultou na elaboração de um projeto de intervenção para o enfrentamento da problemática. A relevância do presente estudo se justifica a partir da necessidade de discutir e refletir sobre a realidade brasileira quanto ao direito à permanência na escola por parte das crianças e adolescentes, de forma que este direito não seja descumprido. Este artigo foi elaborado com base na pesquisa bibliográfica e documental, através de artigos científicos, livros, dados estatísticos e legislações que fundamentam a discussão acerca da infrequência escolar, assim como trazemos o relato da experiência de estágio a partir da observação, registros no diário de campo e apresentação do projeto de intervenção executado em campo. Os resultados deste trabalho apontam que a política de educação perpassou por uma trajetória de desafios até chegar à configuração de direito legal para todos, especificamente para o público infanto-juvenil. Porém, analisa-se que a realidade se distancia das garantias legais, visto que o problema em questão representa uma grande demanda brasileira e traz consequências para a vida do aluno infrequente. Enfatiza-se que a infrequência escolar deve ser analisada de forma crítica, considerando o contexto de desigualdade social que é uma consequência da sociedade capitalista em que crianças e adolescentes, junto a suas famílias, estão inseridas, contexto esse que afeta majoritariamente os mais vulneráveis da sociedade. Por fim, destacamos as ações implementadas no projeto de intervenção durante o estágio na escola, as quais favoreceram a participação de toda a comunidade acadêmica na reflexão sobre o tema.

Palavras-Chave: Educação. Serviço Social. Infrequência escolar

ABSTRACT

The present work aims to discuss the issue of school infrequency of children and adolescents, resulting from the experience of a mandatory internship in Social Service,

¹ Discente da Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus I.
Email: nathallyaseso@gmail.com

carried out at the Municipal School Ana Azevedo, in the municipality of Campina Grande (PB), from September to December 2022, in which the problem of school infrequency is reported as the main demand, which resulted in the elaboration of an intervention project to face the problem. The relevance of this study is justified by the need to discuss and reflect on the Brazilian reality regarding the right of children and adolescents to remain in school, so that this right is not violated. This article was elaborate based on bibliographical and documentary research, through scientific articles, books, statistical data and legislations that support the discussion about school infrequency, as well as bringing the report of the internship experience from observation, records in the diary of field and presentation of the intervention project executed in the field. The results of this work point out that the education policy went through a path of challenges until it reached the configuration of a legal right for all, specifically for children and young people. However, it is analyzed that reality is far from legal guarantees, since the problem in question represents a great Brazilian demand and has consequences for the life of the infrequent student. It is emphasized that school infrequency must be analyzed critically, considering the context of social inequality that is a consequence of the capitalist society in which children and adolescents, along with their families, are inserted, context that mostly affects the most vulnerable in society. Finally, we highlight the actions implemented in the intervention project during the internship at the school, which favored the participation of the entire academic community in reflection on the subject.

Keywords: Education. Social service. School infrequency

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental para todas as crianças e os adolescentes, sendo responsável pela sua formação enquanto cidadãos. E, embora a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegurem o acesso a esse direito para crianças e adolescentes, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, (2022), na faixa etária de 11 a 19 anos, há cerca de dois milhões de crianças fora da escola no Brasil, demonstrando então uma realidade antagônica que comprova a existência da exclusão de muitos deles do acesso à educação, ou comprometimento da permanência e da frequência escolar.

Ao se reconhecer a importância do acesso à educação na vida de um sujeito, não é possível não questionar e refletir acerca desta realidade. A infrequência escolar é um dos grandes desafios enfrentados na área da educação, que pode gerar a evasão escolar, sendo este o ato de abandono escolar. Para aqueles que chegaram a ter sua matrícula efetuada em alguma instituição de ensino, cabe refletir quando a infrequência escolar se inicia, qual a raiz deste problema e em que ele resulta.

É com essas indagações que o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem o objetivo de apresentar em forma de artigo a vivência obtida em campo de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na Escola Municipal Ana Azevedo no município de Campina Grande - PB, no período de

setembro a dezembro de 2022, na qual o problema em questão é destacado como principal demanda, sendo então o foco do projeto de intervenção que foi executado na instituição neste período. Ou seja, a aproximação com o tema acerca da infrequência escolar se deu justamente através da experiência obtida em campo de estágio, em que foi observada a demanda presente na escola e as consequências que ela trazia para cada aluno de forma subjetiva e sobretudo coletiva.

Nessa direção, para elaboração deste artigo utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, através de artigos científicos, livros, dados estatísticos e legislações que baseiam a discussão acerca da infrequência escolar, assim como trazemos o relato da experiência de estágio a partir da observação, registros no diário de campo e apresentação do projeto de intervenção executado em campo de estágio.

A relevância do tema debatido no presente estudo se justifica a partir da necessidade de discutir e refletir sobre a realidade brasileira quanto ao direito à permanência na escola por parte das crianças e adolescentes, de forma que este direito não seja descumprido. Com isso, a partir das pesquisas bibliográficas realizadas e do projeto de intervenção executado no decorrer do estágio na Escola Municipal Ana Azevedo, o estudo pretende contribuir com a compreensão das causas e dos meios possíveis para se combater a problemática da infrequência escolar.

A discussão do presente artigo foi dividida em quatro seções. A primeira seção retoma um breve recorte histórico acerca da política de educação no Brasil para que se compreenda como se constituiu e o seu desenvolvimento até os dias atuais. A segunda seção tem o objetivo de enfatizar a educação como um direito e sua importância na vida da criança e do adolescente para que, com esse entendimento, se possa discutir a problemática da violação deste direito tendo como foco deste estudo a infrequência escolar, situando-a como uma das expressões da questão social na atualidade.

A terceira seção do presente artigo se refere à experiência de estágio vivenciada na Escola Municipal Ana Azevedo, a partir de uma caracterização de campo e a inserção do Serviço Social nesta instituição. É nesta seção em que é exposta a execução do projeto de intervenção na mencionada escola e como se deu sua criação, sendo detalhadas as ações realizadas a partir dele, os objetivos e o público alvo. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo e as referências utilizadas para amparar a construção deste.

2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

A política de educação brasileira como conhecemos hoje, é resultado de várias transformações enfrentadas ao longo dos anos, portanto, para compreendê-la com propriedade, é necessário fazer breves recortes de momentos históricos que foram importantes para a sua formação e desenvolvimento.

Desta forma, para obter o entendimento da formação sócio histórica da educação brasileira, este artigo tomou como base a obra da prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana² “A construção do perfil do assistente social no cenário educacional” onde ela

² Doutora em serviço social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, tendo como projeto: A CONSTRUÇÃO DO PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENÁRIO EDUCACIONAL

afirma no capítulo dois que o sistema educacional se inicia no Brasil com a chegada dos padres jesuítas, que junto com a Igreja Católica foram por dois séculos os responsáveis pelo desenvolvimento deste sistema.

Conforme aponta Romanelli (2007), o ensino ministrado pelos jesuítas desconsiderava a realidade de vida da Colônia, pois tinha o objetivo de ensinar cultura geral básica, deixando de lado outros aspectos, como a qualificação para o trabalho. Era oferecido apenas para a elite de um povo pertencente a uma estrutura social em que sua formação se dava por escravos e senhores. É importante ressaltar esse fato, pois, como afirma Piana (2009, p. 58), “verifica-se que, desde o início, o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva.”

Ainda de acordo Piana (2009), após este período e como resultado de mudanças ocorridas no país por causa da crise econômica na estrutura da Colônia em 1808 e com a chegada de D. João VI, foram inauguradas no Brasil instituições educativas e culturais e os primeiros cursos superiores de Direito, Engenharia e Medicina. Outro marco importante para a história da educação brasileira ocorreu a partir da Independência, em 1822, quando foi legislado sobre a criação de escolas primárias e de universidades, ou seja, como pode-se notar D. João “trouxo sensíveis mudanças no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi, sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não-teológicos) da Colônia.” (ROMANELLI, 2007, p.38)

De acordo com Pinto (1986, apud PIANA 2009, p.61), “em 1825, foi criado o Ateneu do Rio Grande do Norte. Em 1836, o Liceu da Bahia e da Paraíba e, em 1837, o Colégio Pedro II, na corte.” Vale ressaltar que a criação do Colégio Pedro II, foi muito marcante por ser o padrão de ensino na época. Após este período, a iniciativa particular no sistema educacional se expandiu entre 1860 e 1890, neste último ano foi criado o Ministério da Educação e foram fundadas algumas escolas superiores, primárias e secundárias entre 1889 a 1930.

O Ministério da Educação (MEC) relata a história da política de educação a partir de acontecimentos importantes em diversos anos, no período de 1930 a 2020. Destaca-se 1930, quando se deu a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sendo este marco um dos mais importantes para a história da educação; 1931 com a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE); 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tinha o objetivo de sugerir “uma nova proposta pedagógica e trazendo em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, visando a uma política educacional do Estado” (PIANA, 2009, p.64); 1934, quando é definido constitucionalmente a educação como um direito de todos os brasileiros; entre outros. Mais adiante, ressalta-se o ano de 1937 quando surge uma nova Constituição que traz um amparo acerca da educação “consolidando o que era dever do Estado em ação supletiva”, como afirma Denise Ribeiro de Lima em seu artigo ‘SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação’.

É importante salientar outro marco histórico para essa política que ocorreu no ano de 1946 em que foi confirmado o direito à educação de forma gratuita e obrigatória para todas as crianças brasileiras no ensino primário (Idem). Com isso, “a Constituição

de 1946 vem trazendo a lei específica para a educação brasileira: a LDB que foi aprovada apenas em 1961”. (BITTAR, 2012 apud LIMA, p.4 s.d).

Acerca da Constituição de 1946, aponta Gadotti (1997, p. 3):

A Constituição de 1946 estabeleceu o princípio de que, anualmente, a União deveria aplicar nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Ela também fixava a necessidade de elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino.

Acerca da LDB, é importante destacar que sua promulgação se deu a partir da Constituição de 1946 juntamente a redemocratização do Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando a partir disto surgem novas reivindicações em prol da escola pública, universal, resultando em uma conscientização de parte da classe política sobre os problemas educacionais, conforme afirma Piana (2009).

No período de 1963 o Brasil enfrentava graves dificuldades em sua estrutura social, política e econômica, que, obviamente, refletia na educação, o que resultou no surgimento de movimentos sociais, compostos por políticos e estudantes que realizaram campanhas e trouxeram a “tomada de consciência dos problemas vividos pelo Brasil no final da década de 1950” (Idem). Estes movimentos foram responsáveis pela criação de algumas campanhas, segundo Gadotti (1997), a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, a de Erradicação do Analfabetismo, a de Educação de Adultos, a de Educação Rural, a de Educação do Surdo, a de Reabilitação dos Deficientes Visuais, a de Merenda Escolar e a de Material de Ensino.

Por fim, mas não menos importante, se faz necessário ressaltar o período da ditadura militar que também trouxe acontecimentos importantes para a história da política de educação. Segundo Mariana da Silva Bezerra, em sua monografia “A importância do Serviço Social na escola”, publicada em 2017, o golpe de 1964 que resultou no período da Ditadura Militar é marcado por uma intensa censura por parte do governo, em que a liberdade de expressão era restringida para a população. Mas não somente, o período em discussão afetou diretamente os estudantes, pois tinha como objetivo doutriná-los em favor do governo ditatorial através da introdução do ensino de Educação Moral e Cívica, fazendo com que estes sofressem por tamanha repreensão, sendo proibidos de se manifestarem. Os educadores também eram perseguidos, demitidos e até exilados caso discordassem dessas propostas. Com isso, a educação passou a ser um produto econômico para o Estado, o que favoreceu o ensino privado.

Ainda neste cenário de ditadura militar, salienta-se a publicação de outra versão da LDB em 1971, que segundo Chaves (2021), traz consigo algumas especificidades que a diferencia da anterior, sendo elas o destaque da obrigatoriedade do ensino de primeiro grau dos 7 aos 14 anos, a discussão acerca da educação a distância e a previsão de um núcleo para o currículo de 1º e 2º grau. Evidenciando que, apesar de determinar que os municípios deveriam gastar 20% do orçamento com educação, não previa dotação orçamentária para tal.

O fim do Período Militar na década de 1980, deixou marcas no país, este que se encontrava em um cenário de deterioração econômica, como afirma Gadotti (1997), o que posteriormente considera-se um uma década perdida, segundo educadores brasileiros.

Para grande parte dos educadores brasileiros hoje, a década de 80 é considerada uma década perdida. Apesar da relativa expansão das oportunidades educacionais, no período citado, e da reorganização dos trabalhadores em educação, a qualidade de ensino deteriorou-se profundamente e os índices de evasão e sobretudo de repetência, tornaram-se alarmantes. Devido à evasão e à repetência, apenas 44% dos alunos terminam as oito séries do ensino fundamental e para isso são necessários 11,4 anos em média para concluí-los e apenas 3% concluem a oitava série sem nenhuma repetência; 65% dos alunos terminam só a quinta série. (idem, p. 4)

Este cenário começa a ser alterado no período de redemocratização do Brasil, que teve como principal marco a Constituição de 1988, que traz consigo a garantia de um país democrático amparando os direitos do cidadão, dentre eles, o direito à educação. Neste momento, como afirma Chaves (2021, p.1), “a LDB anterior foi considerada obsoleta, mas apenas em 1996 o debate sobre a nova lei foi concluído”, sendo esta a lei utilizada até os dias atuais e que trouxe novos princípios baseados na educação como um direito universal, que será exposto no próximo ponto.

Portanto, o breve recorte histórico citado acima lista alguns anos que foram essenciais para o desenvolvimento da política de educação, ressaltando que a mesma passou por mudanças significativas desde então. Todas as mudanças ocorridas na história da educação ao longo dos anos a tornaram a política conhecida atualmente: uma educação como direito para todos, ofertada de forma gratuita, com avanços tecnológicos, professores capacitados, material didático, entre outros pontos que a tornam cada vez mais propícia para o desenvolvimento acadêmico e social do ser humano.

2.1 A educação como direito fundamental e os desafios para garanti-lo

Como foi citado inicialmente, a educação é um direito de todos, sendo ela essencial para a formação do ser humano, visto que é através dela que será determinado o futuro profissional, econômico e social de cada pessoa, e não só isso, é também a responsável pela formação de cidadãos conscientes e críticos que compreendem o funcionamento da sociedade e qual é o seu espaço nela. Sendo assim, é um direito fundamental para todos, especialmente a partir do amparo legal que a Constituição Federal de 1988 assegura.

A Constituição Federal de 1988 é um documento jurídico que, fundamentalmente, rege as relações de poder em uma sociedade. Fixa a maneira de seu exercício, a forma e o sistema de governo, a estrutura dos órgãos do Estado, bem como os limites de sua atuação. Isso é feito, especialmente, por meio da previsão de direitos fundamentais. (SILVA, 2007, apud MORAES, 2014, p.3)

A Constituição federal assegura o direito ao acesso à educação que todos os cidadãos possuem, colocando a responsabilidade da garantia deste nas mãos do Estado, conforme mostra o artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Enfatiza-se nessa legislação a responsabilidade do Estado em promover o acesso à educação para todos. Destaca-se dentre todos, o público infanto-juvenil, o qual possui além da Constituição Federal, o ECA, de 1990, e a LDB, de 1996, como complemento com mais detalhes a respeito de como deve ser ofertado o acesso à educação para toda criança e adolescente.

É de grande relevância destacar que a criança e o adolescente nem sempre foram vistos como sujeitos de direitos, aliás, nem a definição de infância como conhecemos hoje sempre existiu, foi a partir de muitas lutas durante a história que foi se configurando a infância e o olhar de que a criança requer cuidado e proteção.

Resumidamente, a compreensão da “Infância” da forma que se conhece hoje foi sendo construída ao longo da história, pois, as crianças eram vistas apenas como seres em miniatura, desempenhando funções que deveriam ser designadas apenas para os adultos e tendo de ter comportamentos que os colocavam em posição de total vulnerabilidade, como afirma o historiador francês Philippe Áries (1978), ele que foi o primeiro a escrever a obra “História Social da Criança e da Família” dedicada ao tema.

Já o termo adolescência, segundo Débora Mota na publicação “Uma análise da adolescência ao longo da história”, baseada no livro Adolescência e errância – destinos do laço social no contemporâneo (2009), só foi criado no final do século XIX, através da cultura ocidental e motivado pela ética individualista romântica.

No Brasil, o ECA, criado em 13 de julho de 1990, com a lei 8.069, traz o aparato legal para o público em questão acerca da garantia dos seus direitos, dentre eles, o direito à educação.

O ECA dispõe no capítulo IV, art. 53 e 54 os seguintes termos:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII - atendimento no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. (BRASIL, 1990)

Destaca-se aqui a ênfase dos artigos citados acima sobre a gratuidade na oferta da educação infantil e o zelo a respeito do acesso e permanência do sujeito na escola, o que reforça mais uma vez, de forma explícita, a responsabilidade que o Estado tem de promover tal direito, assim como também é mostrado no artigo “A educação como direito de cidadania e responsabilidade do estado”, onde Goergen (2013), a partir de suas pesquisas enfatiza que é dever do Estado garantir o acesso de todos à educação, salientando que ele é a instância responsável pela convivência digna e justa entre os indivíduos.

Por último, mas não menos importante, cabe destacar a LDB de 1996 que em seu artigo 4 reforça o que já foi citado até aqui:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola;

b) Ensino Fundamental;

II - Educação Infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996)

Diante do exposto, observa-se a fundamentalidade da educação para todos a partir da existência dos aparatos legais citados acima para a sua oferta, uma vez que se configura como um direito social, o que implica em ser papel do Estado promover políticas públicas para que todo o público infantil do Brasil possa ter o acesso a este direito, quebrando qualquer barreira existente que impeça o sujeito de obter o acesso à educação e se desenvolver através dela.

É importante ressaltar que, para além do que foi citado anteriormente, o acesso à educação traz consigo inúmeros benefícios para a vida de cada indivíduo, que ultrapassam os aprendizados acadêmicos, como, por exemplo, a formação da sua identidade, o contato com outras realidades, a interação social, a formação de um sujeito crítico, entre outros, principalmente na fase da primeira infância. “A escola continua sendo, por excelência, o espaço no qual se pode promover o comportamento reflexivo-crítico indispensável à cidadania ativa, com identidade e pertinência, visando um projeto coletivo de convivência verdadeiramente democrático.” (GOERGEN, 2013, p. 734)

Assim, a vivência escolar deve ser garantida à criança a partir dos anos iniciais de ensino:

Frequentar uma instituição de Educação Infantil – creche ou pré-escola – é importante para o desenvolvimento da criança, pois nesses ambientes a criança tem a oportunidade de conviver com outras crianças sob a responsabilidade de profissionais especializados em educação infantojuvenil. Tão importante é essa fase da educação, que a estipulação da proposição de currículo adequado para essa fase tornou-se uma área de disputas e embates (CARVALHO, 2015 apud ROCHA et al., 2021, p. 01).

Portanto, a importância dos estudos na vida de um sujeito é inigualável, visto que abarca todos os âmbitos de sua vida e se submete a maior unidade administrativa do país, o Estado. Entretanto, apesar da legislação garantir o mencionado direito e colocar em posto sua importância, ainda é possível encontrar a violação do direito à educação na realidade brasileira, implicando em um problema que necessita ser discutido, pois, como um exemplo citado por Rocha et al. (2021) no artigo “Direitos da criança à educação”,³ quando se trata da área de educação infantil, em alguns momentos faz-se necessária a intervenção do Poder Judiciário para garantir a implementação de políticas governamentais que são previstas no texto constitucional, ou seja, demonstra que na realidade a omissão estatal fala mais alto do que a própria Constituição da República.

Ao olhar para as estatísticas, compreende-se a realidade, visto que elas conseguem basear a discussão em questão, um grande exemplo são os dados coletados recentemente por uma pesquisa realizada pelo UNICEF, publicada em 15 de setembro de 2022, que demonstram “que dois milhões de meninas e meninos de 11 a 19 anos que ainda não haviam terminado a educação básica deixaram a escola no Brasil. Eles representam 11% do total da amostra pesquisada”.

Observa-se também que existe inúmeras crianças e adolescentes em situação de evasão escolar, sendo esta “um problema crônico em todo o Brasil”, como afirma Murillo José Digiácomo, Promotor de Justiça no Estado do Paraná, na matéria “Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar”, publicada no site do Ministério Público do Paraná. Segundo ele, as escolas admitem mais alunos do que comporta sabendo que ao longo do ano letivo acontecerão “desistências”, sendo as consequências da evasão escolar expostas com mais intensidade nas instituições públicas.

Conforme aponta Ávila (s.d), em um levantamento realizado pela UNESCO, em 2018, há uma grande discrepância entre os países acerca da evasão escolar, onde a taxa de evasão de estudantes de 15 a 17 anos é de 59% nos de baixa renda, enquanto nos países ricos é de apenas 6%, mostrando assim, que sempre os mais prejudicados são aqueles que fazem parte do grupo mais vulnerável.

De modo inegável, não se pode falar com exatidão as causas da evasão escolar, visto que cada realidade é única e o ser humano é subjetivo, mas, é possível refletir sobre as causas a partir de um olhar crítico para a sociedade. A evasão escolar acontece progressivamente, quando um aluno começa a não comparecer às aulas até

³ Artigo publicado pela. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 27, 20 de julho de 2021.

que pára de ir completamente, com isso, conclui-se que a infrequência é um grande indício de que a evasão escolar pode se concretizar.

Mas, para compreender e refletir acerca do problema em questão no Brasil é necessário enxergar as raízes da infrequência escolar. De acordo com Bavaresco (2014), “Infrequência escolar é a ausência injustificada do aluno à escola”. Os dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC, apontam 493 mil beneficiários do Programa Bolsa Família com baixa frequência escolar⁴.

Conforme mostra Noga (s.d. p.13), o problema da infrequência escolar não se restringe à algumas instituições de ensino, é na verdade uma dificuldade de ordem nacional, sendo ela uma das maiores preocupações dos educadores que buscam melhorar a qualidade do ensino, é importante destacar que se constitui em um problema que cresce progressivamente.

No que se refere ao tema da infrequência escolar, é comum que se discuta a respeito tendo como foco apenas a ausência de responsabilidade dos pais que são os responsáveis pelas crianças/adolescentes, sendo eles culpabilizados pela infrequência do discente. Em certo sentido, não se pode negar que existe uma parcela de responsabilidade da família, visto que o público infanto-juvenil não responde por si só e está sob cuidados dos seus responsáveis, que segundo a lei possuem a “obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar”, segundo o artigo 129, V, do ECA (BRASIL, 1990).

Porém, não se pode olhar para uma pequena gota de água e tirar conclusões do oceano, em outras palavras, é preciso analisar o contexto em que as famílias, cujas crianças vivenciam a infrequência escolar, estão inseridas. É preciso ter um olhar macro acerca da realidade social e econômica, para entender que um indivíduo por si só não deve ser culpabilizado, é preciso considerar os múltiplos fatores da problemática em questão.

O modo de convívio familiar, a má qualidade de ensino, entre outras razões, são considerados partes integrantes da evasão escolar, tendo relação também com a falta de frequência não apenas na escola, mas também na família, e nas políticas de governo e sobretudo ao próprio aluno. (NOGA, s.d. p. 13-14)

A infrequência escolar traz consigo reflexos de um problema de ordem social instaurado na sociedade brasileira: a desigualdade social oriunda de um sistema que visa apenas o lucro de quem está no poder, o sistema capitalista, refletindo então a desigualdade em diversos âmbitos da sociedade, sendo um deles a educação. Ao olhar para as escolas brasileiras pode-se encontrar nitidamente a desigualdade que alcança e afeta os mais vulneráveis da sociedade: os pobres, negros e pessoas com deficiência. Como afirma Noga (s.d. p.13), a infrequência é um problema que afeta principalmente as escolas públicas, ou seja, os mais desfavorecidos da sociedade que em grande maioria a frequentam.

⁴ Dados referentes aos alunos beneficiários do programa Bolsa Família, este que é condicionado à presença mínima de 80% nas aulas de seis a 15 anos e de 75% dos jovens entre 16 e 17 anos. Conforme mostra o site do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/frequencia-escolar#:~:text=Monitoramento%20da%20frequ%C3%Aancia%20escolar%20no,fevereiro%20e%20mar%C3%A7o%20deste%20ano>

Em entrevista para o jornal da USP, a professora Eunice Prudente aponta:

Dados obtidos no Fórum Brasileiro de Segurança Pública e na Agência do Brasil, divulgados na Carta Capital, mostram que, no ano 2000, apenas 2,2% dos estudantes negros concluíram seus cursos e se formaram. Lembro aqui que negros representam 53% da população, porém apesar de serem maioria estão entre os menos favorecidos no quesito educação. (PRUDENTE, 2020)

Frente às pesquisas, uma criança não se torna infrequente sem motivos, pelo contrário, inúmeros motivos podem ser responsáveis por essa ação, como a falta de alimentação, de transporte para o acesso à escola, o desemprego dos responsáveis, a falta de saneamento básico, entre outros fatores que se caracterizam como expressões da questão social, esta que advém da desigualdade social gerada nas relações da sociedade capitalista, como afirma Iamamoto (2001). Se faz importante destacar a vulnerabilidade social como expressão da questão social para não haver uma culpabilização errônea para com os indivíduos, nesse caso, os familiares dos discentes infrequentes.

De acordo com Noga (s.d. p. 17), os motivos causadores da infrequência escolar podem ser diversos, mas, tem o foco principal na responsabilidade do governo para com a sociedade, sendo assim, se este não atende às suas necessidades, faz com que jovens precisem sair da escola mais cedo - evasão escolar - em busca de sustento para a sua família, e claro, que esse descaso estatal reflete na política da educação, tornando-a cada vez mais precária, não oferecendo estrutura adequada e qualidade de ensino.

Ávila (s.d) aponta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) - 2018, publicados pelo IBGE, que mostram que 51,2% (ou 69,5 milhões) das pessoas com 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio, sendo um dos principais motivos a necessidade de trabalhar (39,1%). Portanto, conclui-se que a vulnerabilidade social é um ponto fundamental que causa a infrequência escolar, resultando na violação do direito da criança/adolescente de acesso e permanência na educação.

Outro fator que não só influenciou a infrequência escolar, como também desnudou a realidade da sociedade brasileira com suas desigualdades sociais, foi a pandemia da COVID-19. A pandemia da COVID-19 surgiu na cidade de Wuhan na República Popular da China em 2019 e se deu a partir do coronavírus, que até então era desconhecido, porém, com rápida circulação, contaminando assim todo o mundo e fazendo com que todos os países parassem completamente por quase dois anos.

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado no dia 26/02/2020⁵. Devido à situação da disseminação do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) adotou medidas de segurança, sendo uma delas o isolamento social, visto que no momento ainda não existia um tratamento ou uma vacina para combater. Com isso, as famílias precisaram se adequar a uma nova realidade dentro de suas casas e com todas as suas atividades de maneira remota, e conseqüentemente a educação. Em 18 de março de 2020 o sistema escolar de todos os níveis, etapas e modalidades foi ordenado pelo CNE a

5

suspender todas as atividades acadêmicas em ventura da prevenção à COVID-19.⁶ De acordo com o UNICEF, 154 milhões de crianças ficaram sem aulas presenciais na América Latina e Caribe somente em 2020.⁷

Diante disso, as escolas precisaram se reinventar para dar continuidade às suas atividades acadêmicas e de alguma forma cumprirem com o calendário escolar, mediante a isso, foi adotado a forma de ensino remota, onde as aulas ocorreriam de maneira online através de plataformas como o Google Meet, ou aulas gravadas pelos professores e enviadas para os responsáveis das crianças através do WhatsApp.

A partir dessa realidade imposta pela pandemia, surge a seguinte questão: como as famílias pobres conseguiriam ter acesso à educação se não possuíam os meios para tal? Em publicação do jornal Estadão realizada por Renata Okumura, em 2020, é relatado acerca de uma pesquisa que foi realizada pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), sobre as atividades remotas e dentre os resultados, mostra que 29,2% dos estudantes entrevistados disseram ter dificuldade em conexão com a internet, por causa do sinal das operadoras, 10,8% afirmaram ter seu aprendizado comprometido por precisarem dividir o dispositivo com outros integrantes da casa, 63,5% têm banda larga ilimitada, enquanto 25,8% utilizam de terceiros. Ainda na mesma pesquisa, uma professora entrevistada relata que "Lidamos com situações de estudantes que têm bom acesso à internet e muitos ainda com acesso limitado ou mesmo sem acesso. No começo, fiquei apreensiva em como atingir e garantir que todos tivessem aprendizado nivelado". Diante desta situação trazida pela pandemia da COVID-19, observa-se - mais uma vez - o direito à educação daqueles que estão à margem da sociedade, sendo violado.

Logo, a pandemia da COVID-19 trouxe outros inúmeros desafios para todos, acarretando efeitos de todas as formas e medidas. Foram 699.197 casos de óbito confirmados em decorrência do coronavírus no Brasil⁸, mas, os mais impactados ainda sim são aqueles que já eram vulneráveis, pois, um dos maiores efeitos, fora as perdas irreparáveis de familiares e amigos, foi o aumento da desigualdade social, o aumento do desemprego que chegou a 14,4% no período de junho a agosto de 2020, considerada a maior taxa registrada na PNAD Contínua, conforme aponta Barbosa e Soares (2021), o aumento da pobreza e da miséria, tendo a fome quase dobrado em dois anos de pandemia⁹.

Com tantos desafios batendo à porta das famílias pobres, é indiscutível que não refletiria na vida escolar de suas crianças e adolescentes.

Segundo dados da Unicef (2021), em outubro de 2020, 3,8% das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos (1,38 milhão) não frequentavam mais a escola no Brasil (remota ou presencial). Esse índice é superior à média do ano de 2019

⁶ Nota de Esclarecimento publicada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 18 de março de 2020.

⁷ Informações publicadas pela UOL:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/03/23/unicef-diz-que-154-milhoes-estao-sem-aulas-na-america-latina-e-caribe.htm>

⁸ Dados atualizadas dia 01/03/2023 e disponíveis no site: <https://covid.saude.gov.br/>

⁹ Daniel Silveira, "Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia", 2022, <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>

que estimava 2%. Demonstra também que 11,2% dos estudantes que diziam estar frequentando a escola não haviam recebido nenhuma atividade, representando em média 4,12 milhões de crianças e adolescentes com o direito à educação negado. (MEDEIROS et al, 2021)

Ou seja, o novo cenário empregado pela pandemia da COVID-19 desnudou a realidade já existente, pois, como mostra Barbosa (2021), segundo análises da Organização das Nações Unidas apontam, antes do aparecimento do coronavírus, em 2019, o Brasil já ocupava o sétimo lugar entre os países com maior desigualdade social, ou seja, a pandemia evidenciou as desigualdades sociais.

A quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele. (SANTOS, 2020, Apud ALVES, 2020, p. 359)

Diante disso, cabe questionar que, se o público infanto-juvenil já possuía seu direito de acesso à educação violado, neste período isso ocorreu em larga escala, afinal, como exigir uma boa frequência ou até mesmo a permanência escolar de um aluno que não possui sequer o meio necessário para acessá-lo?

Entende-se, pois, que, mesmo após o fim da pandemia, a problemática da violação de direito à educação para com as crianças e os adolescentes aumentou significativamente. Pois, o retorno das atividades presenciais não muda o problema em questão, este que, como foi visto, já existia muito antes da pandemia.

Dados publicados pelo Censo Escolar mostram o quanto a pandemia afetou a educação, sendo relatado acerca dos alunos do ensino médio que “a taxa de abandono mais que dobrou em 2021 em comparação com 2020”¹⁰, enfatizando estes dados para as famílias vulneráveis, pois, segundo o censo, “as regiões mais pobres do país apresentaram números ainda mais preocupantes”. E esses dados não se restringem apenas ao ensino médio, conforme mostra o MEC, os números também são alarmantes nas creches, pois, entre 2019 e 2021, houve uma diminuição de quase 338 mil matrículas

Em última análise, a infrequência escolar, seja decorrente ou não da pandemia, é mais que uma problemática que afeta milhares de sujeitos, é uma violação ao direito de acesso à educação que estes possuem, tendo como principal causa a desigualdade social presente no Brasil.¹¹

Faz-se necessário ressaltar a existência de uma estratégia utilizada pelos estados e municípios no trato da demanda da infrequência e evasão escolar, sendo ela a Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). Esta disponibiliza gratuitamente uma ferramenta tecnológica que funciona como um grande banco de dados para

¹⁰ Matéria do G1 realizada pelo Jornal Nacional em maio de 2022.

¹¹ Informações disponíveis no site:

<https://abrelivros.org.br/site/mec-omisso-no-pos-pandemia-evasao-escolar-atrasos-na-aprendizagem-e-universidades-falidas-especialistas-apontam-desafios-de-lula-na-educacao>

estados e municípios com o objetivo de identificar, registrar e obter o controle de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão, ela reúne representantes de algumas áreas, como por exemplo da Educação, da Saúde, da Assistência Social, entre outras, facilitando então a comunicação e fortalecendo a rede de proteção. Esta ferramenta é uma estratégia paliativa, mas de grande utilidade para que haja um planejamento voltado para a amenização do problema em questão e contribuição da garantia de direitos do público infante-juvenil.¹²

Ainda acerca da problemática da infrequência escolar, destaca-se a importância do Assistente Social para atuar em combate da referida demanda, visto que este profissional dentro do ambiente escolar terá como atribuição efetivar os direitos da criança e o do adolescente, dentre eles o direito de acesso e permanência na escola. Para tal, o profissional de Serviço Social irá, segundo Novais (2001, p. 12), identificar os fatores que afligem o campo educacional, no qual pode-se citar a baixa frequência escolar para que assim, busque intervir com o objetivo de atenuar aquilo que tem afetado o acesso aos seus direitos.

A seguir, abordaremos a temática da infrequência escolar relacionando-a à realidade da Escola Municipal Ana Azevedo, que se constituiu como nosso campo de estágio obrigatório em Serviço Social.

3. AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA ESCOLA ANA AZEVEDO

3.1 Caracterização de Campo

A Escola Municipal Ana Azevedo está situada no Município de Campina Grande, no estado da Paraíba, sendo então dependente administrativa deste, ela foi criada em 1949, e é subordinada à Secretaria Municipal de Educação – SEDUC/CG, com base nos dispositivos constitucionais vigentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Normas Educacionais e no ECA, como afirma o Regimento Interno da escola.

Segundo trabalho de conclusão de curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, de autoria de Ana Karla Alves de Menezes em 2014, a escola recebeu o nome de Escola Municipal Ana Azevedo em homenagem à família Azevedo, especificamente a Sra. Ana Cavalcante de Azevedo, que doou o terreno para que a escola fosse construída e atendesse à necessidade da comunidade. Ainda segundo Menezes (2014), a escola teve como primeiros educadores fundadores as senhoras professoras Maria José Siqueira Pequeno, Creuza Brandão, Esdra Guimarães Batista e Otávia Muniz e como primeiro servente o Sr. Manoel André de Araújo, mas não contava com administrador e supervisor escolar em seus primeiros anos de existência, passando a ter um responsável apenas em 1959.

A mencionada instituição está localizada na Avenida das Nações, s/n, no bairro das Nações, bairro este que é considerado de classe média, sendo esse fato contrário à realidade da instituição, visto que a mesma atende a alunos que em sua maioria são

¹² Informações publicadas no site do Busca Ativa Escolar: <https://buscaativaescolar.org.br/>

de extrema vulnerabilidade social e econômica, residentes de sítios distantes da escola e/ou em uma comunidade invadida, são também oriundos de famílias de baixa renda e são público alvo de programas sociais oferecidos pelo Governo, como foi observado em campo de estágio e relatado pela Assistente Social da escola. Atualmente a Escola conta com 142 alunos matriculados.

O Regimento Interno da Escola Municipal Ana Azevedo descreve entre seus objetivos:

- I- estimular o desenvolvimento da criança e dos adolescentes por meio de atividades que favoreçam experiências educacionais adequadas aos educandos e à situação socioeconômica e cultural em que se encontram;
- II- favorecer o desenvolvimento integral e harmônico da personalidade do educando de modo gradual e progressivo, respeitando sua individualidade;
- III- contribuir para o bem-estar físico, social, cultural e emocional da criança e do adolescente;
- IV- promover o desenvolvimento crescente do educando ao meio social em que está inserido, em cooperação com a família e a comunidade;
- V- proporcionar ao aluno da Educação Básica a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

De acordo com a caracterização de campo do estágio (2022), a escola Municipal Ana Azevedo oferece uma infraestrutura física de qualidade, sendo: quatro salas de aula, uma sala de reforço escolar, uma sala de espera, uma sala de mídia, uma sala de leitura que no momento é utilizada para atendimentos da Assistente Social e Psicóloga, uma sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que está atualmente desativada e funciona como copa para os professores, uma sala para guardar material didático, uma secretaria, uma sala para a direção, um pátio, dois espaços para recreação, uma cozinha, um campo e cinco banheiros, sendo um com acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, possuindo também dependências com acessibilidade.

A escola também oferece serviços de água tratada, energia elétrica, esgoto e lixo com coleta periódica através da rede pública, tendo também como tecnologia o acesso à internet banda larga, segundo o censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2021. Ainda segundo informações contidas neste censo, é relatado que a instituição tem como modalidade o Ensino Regular e atende as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, ofertando as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física, Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras), Matemática, Ciências, História e Geografia.

Segundo registros do documento “folha de ponto” da instituição, onde todos os funcionários assinam diariamente para controle da jornada de trabalho, a escola conta com quinze professores, cinco funcionários de serviços gerais, duas merendeiras, um supervisor educacional, um apoio pedagógico, duas secretárias, um nutricionista, três vigias, uma gestora, um educador social e uma equipe técnica composta por uma

assistente social e uma psicóloga. Sendo cada um responsável por atribuições privativas da sua profissão.

O Regimento Interno da escola lista as competências dos profissionais da seguinte forma:

O Apoio Técnico-Pedagógico: composto por quatro profissionais, sendo eles: Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Psicólogo Educacional e Assistente Social. A esta equipe são atribuídos: coordenar a elaboração do planejamento da Unidade Educacional e das atividades didático-pedagógicas, acompanhando a execução das mesmas; promover a integração do corpo docente, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, a vivência dos conteúdos programáticos, as estratégias e critérios de avaliação, bem como a recuperação da aprendizagem; prestar assistência técnica e didática ao corpo docente; planejar com os professores e coordenar a programação e execução das atividades de Estudos de Recuperação com alunos; planejar e coordenar a execução de reuniões de caráter pedagógico, bem como de outros serviços afins, determinados pelo Diretor; participar dos trabalhos de organização das turmas; acompanhar o rendimento escolar dos alunos; identificar os alunos que não alcançaram as habilidades propostas, pesquisando as causas de eventual aproveitamento insuficiente, estudando as medidas de ordem pedagógica que devam ser adotadas; analisar sistematicamente, com os professores, a validade dos objetivos fixados, a adequação dos conteúdos programáticos, das estratégias de ensino utilizadas e das técnicas e instrumentos de avaliação, incluindo a recuperação; participar do processo de integração escola-família-comunidade; elaborar com os docentes, programações referentes às atividades socioculturais e recreativas a serem desenvolvidas na escola; planejar atividades conjuntas com outros órgãos ou serviços da Unidade Educacional, para avaliação dos trabalhos, garantindo a integração didática e pedagógica, em função da melhoria do processo de ensino e aprendizagem e participar de encontros de formação continuada e de planejamento promovidos pela SEDUC/CG.

De acordo com o documento, são atribuições do secretário: acompanhar o cumprimento do expediente da equipe e os serviços gerais da secretaria; organizar e acompanhar os serviços de escrituração escolar e os registros relacionados à administração de pessoal, pertinentes à secretaria; manter devidamente organizados, fichários, arquivos e livros de registros da Unidade Educacional; organizar o serviço de atendimento a professores, alunos e funcionários, bem como a terceiros, no que se refere a informes e esclarecimentos solicitados, atentando para as normas da Direção para tal serviço; secretariar as solenidades de entrega de certificados e outras que forem promovidas por determinação da Direção; acompanhar o processo de verificação da frequência dos alunos matriculados, mantendo sempre em ordem os respectivos assentamentos; organizar os processos de levantamento dos resultados escolares obtidos pelos alunos ao término de cada período letivo; manter, sem rasuras ou emendas, a escrituração de todos os livros e documentos escolares, não permitindo a retirada do diário de classe, sob nenhum pretexto; providenciar, de acordo com os resultados obtidos pelos alunos, a expedição de certificados; elaborar relatórios a serem enviados às autoridades, de acordo com as normas expedidas; manter atualizado o arquivo de legislação e de documentos pertinentes à Unidade Educacional; revisar as atas de avaliação e apuração dos trabalhos escolares e

desempenhar outras atividades relativas a seu cargo e não previstas no Regime Interno.

Em relação ao corpo docente, cabe destacar: cumprir, efetivamente, os dias letivos, conforme a legislação vigente; participar da elaboração, implantação e implementação do PPP; comparecer à Unidade Educacional, pontualmente, nos horários estabelecidos para execução das tarefas para as quais foi designado; assinar a frequência, logo após as aulas e demais atividades; manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula ou fora dela; elaborar e cumprir os planos de curso e programas dos componentes curriculares sob sua responsabilidade; acatar as decisões do diretor, inspetores, equipe técnica, Conselho Escolar e demais autoridades de ensino; manter em dia os registros da Unidade Educacional, observando os prazos fixados para o encaminhamento dos resultados à secretaria; comparecer às reuniões para as quais for convocado; cuidar da formação humana, intelectual e ética dos alunos, tendo como prevalência os aspectos qualitativos sobre os quantitativos; proceder à elaboração e correção das atividades realizadas pelos alunos(as), avaliando seu desempenho; zelar pela aprendizagem dos alunos e pela Unidade Educacional; estabelecer estratégia de recuperação para os alunos de menor rendimento; cumprir as determinações previstas na legislação em vigor; pautar sua conduta por princípios ético-profissionais que valorizem e fortaleçam os laços societários na Unidade Educacional e acompanhar os seus alunos em todas as atividades pedagógicas, sejam elas realizadas na Unidade Educacional ou extra classe.

Acerca do relacionamento que a escola possui com os familiares, pode ser analisado como positivo, visto que se estabelece um contato frequente com os responsáveis dos alunos, principalmente por parte da Assistente Social, sendo a minoria os que se mantêm mais distantes da escola, como foi observado em campo de estágio.

A escola Ana Azevedo conta com a atuação de uma Assistente Social que se inseriu na instituição em 2013, com o objetivo de efetivar os direitos dos alunos. Tendo executado diversas atividades nesta unidade escolar durante esses anos em que atua profissionalmente, ela então relatou algumas das suas experiências no livro “A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica”.

Algumas das atividades por ela realizadas, são: elaboração do plano de ação; encaminhamento de providências; orientações sociais à comunidade escolar, contribuindo para a defesa, ampliação e acesso aos direitos sociais; atendimento individual aos educandos e respectivos responsáveis visando melhorar a frequência, o desempenho e o rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; articulação com instituições públicas e assistenciais para o encaminhamento de pais e alunos para o atendimento de suas necessidades; participação e elaboração junto à equipe escolar do planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas; realização de reuniões, oficinas temáticas com famílias e alunos para debater temas específicos; participação em atividades referentes às datas comemorativas; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno; participação em encontros que contribuam para a permanente atualização profissional; realização de levantamento para detectar alunos infrequentes e com baixo rendimento escolar; desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto: “As atribuições da representação estudantil na Escola Ana Azevedo”; caracterização da

população atendida, a qual é realizada através de entrevistas, visitas, atendimentos individuais, preenchimentos de questionários e projetos; acompanhamento de estágios de serviço social e composição de bancas de avaliação de TCCs de estagiários do Curso de Serviço Social.

No mesmo livro citado acima, a assistente social relata que utiliza como instrumentos em seu trabalho profissional: fichas de acompanhamento com a finalidade de registrar os atendimentos aos alunos com baixo rendimento escolar e infrequentes, os casos de violência e abuso sexual, problemas de saúde e os encaminhamentos às outras instituições ou programas; relatórios, elaborados a partir da realização de reuniões, oficinas temáticas, visitas sociais e encontros junto ao corpo discente; ofícios para comunicação com as instituições para convites e solicitação de serviços para os usuários da escola; questionários utilizados para nortear intervenções junto ao público alvo e planejar novas ações, avaliar e informar atividades de alunos que serão encaminhados ao Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento – Desenvolver e ao Conselho Tutelar Região Norte.

O Serviço Social na referida instituição é respeitado pelos demais profissionais, de modo que cada um foca no que se refere a sua atribuição privativa e contribui para que o trabalho do próximo seja realizado com excelência, esse fator se dá a partir da colocação da Assistente Social da Instituição que por conhecer a fragilidade do seu trabalho na sociedade, informa constantemente o papel do Serviço Social, o que lhe compete e o que é/ou não atribuição privativa da profissão, como observado durante a experiência de estágio.

Com isso, o trabalho da Assistente Social é facilitado, visto que a instituição não impõe perda da autonomia profissional, pelo contrário, proporciona liberdade, confiança e apoio para a atuação profissional. Mas, isso não quer dizer que não existam fragilidades. O Serviço Social se depara com algumas dificuldades que de uma forma ou de outra, afeta diretamente a sua ação profissional, como, por exemplo, não ter um espaço adequado para si e ter que dividir a sala com a psicóloga e a supervisora, de tal modo que quando uma reunião é particular, as demais profissionais precisam se ausentar do espaço para garantir a privacidade e o sigilo profissional e o fato de não possuir outra Assistente Social na instituição, o que sobrecarrega a profissional por ter de lidar sozinha com as inúmeras demandas existentes no local.

No que diz respeito à experiência da Assistente Social com estagiários do curso de Serviço Social na escola Ana Azevedo, “teve início em 2013, com as funções junto aos estagiários de: planejar, executar, avaliar as atividades realizadas na escola, socializar as atribuições privativas e competências do assistente social.” (BRITO et al, 2020 apud FÉRRIZ; MARTINS; ALMEIDA, 2020, p.113). Atualmente, a instituição tem convênio com duas universidades: a UEPB e a Universidade Paulista (UNIP), sendo campo de estágio para cinco alunas das referidas universidades.

3.2 A infrequência escolar na escola municipal Ana Azevedo

A Escola Municipal Ana Azevedo foi campo de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da UEPB durante o período de setembro a dezembro de 2022. O início do estágio ocorreu no dia 06 de setembro de 2022, em uma terça-feira, quando foi

apresentado pela assistente social às estagiárias, a escola e os funcionários. No decorrer das semanas, foi acordado que as terças seria o dia do estágio, cumprindo assim a carga horária de 8h semanais em um dia.

Durante o período em que estivemos em campo de estágio, observamos junto às experiências oferecidas pelo trabalho da Assistente Social da instituição, que a principal demanda na referida escola é a infrequência escolar, sendo uma das atribuições da profissional acompanhar a frequência dos alunos, para que possa efetivar os direitos do indivíduo.

É de grande relevância a atuação do profissional do Serviço Social na escola, pelo fato de saber trabalhar com programas estratégicos no intuito à prevenção e combate dos problemas sociais, desta forma este profissional busca promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade, a qual ele esteja inserido. (LIMA, s.d, p.17)

Com isso, uma das atividades das estagiárias junto à Assistente Social era acompanhar semanalmente a frequência escolar de todos os alunos para intervir em caso de muitas faltas sem justificativas e muitas faltas justificadas sem declaração médica e/ou atestado médico, através dos instrumentos profissionais do Serviço Social como as visitas domiciliares, atendimentos, elaboração de relatórios sociais e os encaminhamentos para outros órgãos, dependendo do que fosse necessário em cada caso para que o acesso e a permanência na escola da criança ou do adolescente fossem efetivados. A partir disso, foi observado que grande parte dos alunos da Escola Ana Azevedo possui um número elevado de faltas constantemente, afetando diretamente o seu desenvolvimento acadêmico e o seu rendimento escolar.

Portanto, a partir das observações foi planejado um projeto de intervenção com o objetivo de contribuir para a minimização da infrequência escolar dos alunos da Escola Municipal Ana Azevedo, visando alcançar não só os alunos como também os demais sujeitos envolvidos na vida escolar deles, ou seja, seus responsáveis e professores.

É de suma importância destacar a necessidade de refletir acerca da permanência escolar do aluno, uma vez que se este possui o acesso, mas não permanece e não dá continuidade aos estudos, de nada adianta. É justamente a partir do permanecer em sala de aula que o sujeito terá o seu direito à educação sendo efetivado, recebendo o conhecimento necessário para o seu desenvolvimento acadêmico, social e pessoal. É compreendendo esta importância que a atuação do Assistente Social vai contribuir para a permanência do discente no âmbito escolar, intervindo sempre que for necessário.

A inserção na Política de Educação representa para o Serviço Social uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional. (LIMA, s.d, p. 2)

A criação do projeto de intervenção teve início a partir de pesquisas sobre o tema, conversas com os professores da Escola Municipal Ana Azevedo acerca da realidade escolar, acompanhamento dos casos dos alunos e intervenções realizadas pela Assistente Social na referida instituição. Com isso, foram coletadas observações sobre os alunos infrequentes, sobre a dinâmica da vida pessoal com suas famílias e a

realidade social em que estavam inseridos – essas observações se deram baseadas em temas estudados em sala de aula no curso de Serviço Social acerca da dinâmica social de uma sociedade capitalista.

Assim, em reuniões realizadas pelas estagiárias foi planejado o passo a passo do projeto levando em consideração a importância não só do acesso, mas principalmente da permanência dos alunos na escola, analisando inclusive as consequências das faltas, tendo como base o ECA e a LDB que são os aparatos legais do público infanto-juvenil para garantia dos direitos, especificamente, o direito à educação.

Para realização deste projeto, foram utilizadas algumas estratégias metodológicas: cartazes espalhados pela escola, produção de vídeo, dinâmicas, debates e distribuição de mudas de suculentas de forma que cada ação foi planejada previamente tendo um objetivo específico e um público alvo para cada uma.

As ações do projeto ocorreram no mês de dezembro, no dia 20/12/2022, nos turnos da manhã e da tarde, alcançando todas as turmas da escola, sendo elas o pré I, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano, o corpo docente da escola e os responsáveis dos alunos. Primeiro, foram espalhados cartazes (ANEXO A) pela escola com o objetivo de mobilizar toda a comunidade escolar divulgando materiais que socializem e intensifiquem os informativos sobre o tema da Infrequência Escolar, trabalhando também a conscientização dos alunos sobre o direito de estudar e a importância de estar presente na escola, visando difundir as informações com toda a comunidade escolar sobre o ECA e ressaltar com as crianças que eles são sujeitos de direitos.

Em seguida foram realizadas oficinas sobre o referido tema de sala em sala, onde foram realizadas dinâmicas com (1) balões e com um (2) pote de memórias (ANEXO B) sendo base para iniciar o debate sobre o tema. As dinâmicas ocorreram da seguinte forma:

- 1- Foi entregue um balão para cada aluno e os balões representavam a vida escolar deles. Assim, foi solicitado que eles se colocassem em pé no meio da sala e jogassem os seus balões para cima onde com a ajuda da professora eles não poderiam deixar os balões caírem no chão, neste momento as estagiárias passariam tocando nos alunos e na medida em que estes fossem tocados, deveriam sentar-se em suas cadeiras e deixarem a professora mantendo os balões no ar sozinha. Ao final da dinâmica foi mostrado que a professora sozinha não conseguia e da mesma forma acontece na realidade, pois, sem a presença dos alunos, a professora por si só não consegue manter o andamento da vida escolar deles, é necessário a presença dos alunos para que ocorra o mantimento e o desenvolvimento acadêmico;
- 2- Um pote de memórias foi criado com um pote de vidro, onde dentro continha papéis com perguntas em que na medida que os alunos fossem tirando, deveriam responder em voz alta. As perguntas eram referentes à vida escolar deles, como por exemplo “diga algo que você aprendeu durante este ano com a professora”, “conte um momento engraçado que aconteceu em sala de aula”, entre outras. Essas memórias foram base para a reflexão sobre a importância da presença dos alunos na escola, visto que se eles não estivessem lá, não teriam tais memórias para contar.

Assim, as dinâmicas serviram como introdução para realização da discussão acerca da importância de manter uma boa frequência escolar, ressaltando as consequências da infrequência de maneira interativa com os alunos. As reflexões foram finalizadas com a entrega de suculentas (ANEXO C) para os discentes, com o objetivo de enfatizar para eles a importância da frequência escolar para a efetivação do direito à educação da criança e do adolescente, destacando o ECA e estimulando de forma lúdica os alunos infrequentes e a permanência dos alunos frequentes para que tenham a responsabilidade de acompanharem o crescimento das plantas, relacionando-as com o crescimento de conhecimento acadêmico que precisa ser cuidado e regado diariamente, visando minimizar a infrequência escolar.

Por fim, foi gravado um vídeo rápido com falas e imagens dos alunos sobre a importância da presença escolar e as consequências da infrequência. Após ser editado, o vídeo foi enviado aos responsáveis pela Assistente Social através do grupo do WhatsApp que a escola possui com eles, o objetivo do vídeo foi esclarecer aos responsáveis sobre as consequências da infrequência escolar das crianças, visando sensibilizá-los da importância de sua contribuição junto à escola para de fato realizar a efetivação dos direitos de aprendizagem das crianças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, conclui-se que a infrequência escolar é uma problemática real nas escolas brasileiras, tendo como exemplo, além dos dados citados e coletados por meio do Censo Escolar e do UNICEF, a experiência em campo de estágio na Escola Municipal Ana Azevedo. A partir disso, pode-se observar o quanto um aluno pode ser prejudicado - para além da sala de aula - com a infrequência escolar, a qual tem como consequência um problema ainda maior: a evasão escolar.

Para compreender melhor como se dá o problema em questão, foi preciso olhar para as raízes dele e o contexto em que está inserido. Sendo assim, foi destacado, em primeiro lugar, o contexto histórico da política de educação, enfatizando os principais marcos que contribuíram para o desenvolvimento da educação brasileira, em que pudemos observar que nem sempre o direito à educação existiu e que foram muitas décadas desde o seu surgimento, com enfrentamento de desafios para que só assim chegasse a ser o que é hoje.

Portanto, foi compreendido a necessidade da educação na vida de todos, em específico para o público infante-juvenil, visto que essa é a fase de desenvolvimento do ser humano, sendo então imprescindível para a construção deste enquanto cidadão, e como garantia do seu espaço no mercado de trabalho. Sendo assim, foi possível refletir acerca da importância do acesso à educação, tendo como base as legislações que asseguram este direito, sendo elas a Constituição Federal de 1988, o ECA e a LDB, que trazem o aparato legal da obrigatoriedade do acesso à educação para todos de forma gratuita.

O foco deste trabalho se deu em torno do debate sobre a violação do direito do acesso à educação, diante dos dados apresentados que mostram uma realidade antagônica ao que a própria legislação assegura, enfatizando que essa discrepância se dá devido ao contexto social e econômico de uma sociedade capitalista que resulta em

desigualdades sociais, fazendo com que nem todos consigam ter acesso àquilo que é seu por direito: a educação. Na prática, isso se mostra em diversas nuances, como a falta de alimentação, de moradia, a alta taxa de desemprego, a falta de saneamento básico, a falta de recursos financeiros para sobreviver, entre outros que caracterizam a questão social oriunda do sistema capitalista.

Desta forma, entende-se que, apesar de uma longa trajetória traçada pela política de educação na história e a quantidade de avanços que esta teve como a sua garantia prevista na constituição como direito, a efetivação dessa precisa ser mais enfatizada, pois ao olhar a realidade pode-se encontrar diversas crianças e adolescentes fora das escolas em decorrência de condições objetivas de vida, trazendo então inúmeras consequências para a vida pessoal de cada um e sobretudo à vida coletiva. O maior exemplo dessa realidade é refletido com o índice de infrequência escolar de crianças e adolescentes nas escolas brasileiras. Com isso, conclui-se a necessidade de obter medidas não somente paliativas e pontuais de combate à violação do direito à educação na prática, se faz necessário o investimento em políticas públicas e na efetivação desse direito já conquistado, porque, enquanto isso não acontece, milhares de crianças e adolescentes têm suas vidas prejudicadas, sobretudo aquelas que estão inseridas em contextos de vulnerabilidade social.

Por fim, conclui-se a necessidade do profissional de Serviço Social na educação, este que é imprescindível para a viabilização do acesso da criança e do adolescente aos seus direitos através de ações privativas que contribuem para o avanço no ensino e aprendizagem da criança e do adolescente, e não somente, é também uma necessidade amparada legalmente pela Lei 13.935 de 11/12/2019, que dispõe sobre a garantia da prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, com isso, enfatiza-se a necessidade de efetivação desta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn. EDUCAÇÃO REMOTA: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas - Educação**, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 348-365, 4 jun. 2020. Universidade Tiradentes. <http://dx.doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p348-365>.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ÁVILA, Alinny Luiza Ricco. **Evasão escolar e pandemia: quanto pior, pior**. PUCRS. [S/D]

BARBOSA, Ivone Garcia. SOARES, Marcos Antônio. **Educação Infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um “novo normal”?** Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 35-57, jan./jan., 2021. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79044>.

BAVARESCO, Ana Paola. **Evasão e infrequência escolar**: o caso de uma escola pública do município de segredo. UFSM, Sobradinho- RS, 2014.

BEZERRA, Mariana da Silva. **A importância do Serviço Social na escola**. UFRN, Natal/RN, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 Jan. de 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**: Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990, e legislação correlata. – 11ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça a história da educação brasileira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Um breve comparativo entre as LDBs**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 29, 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldb-s>

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar**. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Evasao-escolar-nao-basta-comunicar-e-maos-lavar>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: EDUFBA, 2020.

GADOTTI, Moacir. **Educação Brasileira Contemporânea: Desafios do Ensino Básico**. Instituto Paulo Freire, 1997. (http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3393/FPF_PTPF_01_0416.pdf)

GOERGEN, P. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. Educ. Soc., 2013 34(124), p. 723–742, jul. 2013.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, n.3, Brasília: ABEPSS, p. 9-30, 2001.

LIMA, Denise. **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação. IESF, Paço do Lumiar, [S/D].

MEDEIROS, J. D. S. ; SOARES, M. F. R. ; PAULA, E. H. de . **Breves apontamentos sobre a infrequência escolar no contexto da pandemia Covid-19 nas escolas municipais de Várzea Grande-MT**. In: SemiEdu 2021, 2021, Cuiabá/MT. A educação no digital: a pandemia covid-19, democracias sufocadas e resistências, 2021.

MENEZES, Ana Karla Alves de. **A evasão escolar na ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo no Município de Campina Grande - PB**. 2014, UEPB, Campina Grande - PB, 2014.

MORAES, Fernanda Luz. **O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão escolar**. PUCRS, Porto Alegre, 2014.

MOTTA, Débora. **Uma análise da adolescência ao longo da história**. 2010.

Disponível em:

<https://siteantigo.faperj.br/?id=1654.2.5#:~:text=O%20termo%20%22adolesc%C3%Aancia%22%20vem%20do.recente%20na%20hist%C3%B3ria%20da%20humanidade.>

Acesso em: 01 mar. 2023

NOGA, Kamilla Bueno; MATTOS, Patrícia Aparecida Rodrigues; FREITAS, Patrícia Lucia Wosgrau. **INFREQUÊNCIA ESCOLA. A FREQUÊNCIA ESCOLAR COMO INDICADOR NO SUCESSO ESCOLAR**. [S/D].

NOVAIS, Liliane Capilé Charbel. **Serviço social na educação**. Brasília - DF, 2001.

OKUMURA, Renata. Pesquisa mostra que 67% dos alunos têm dificuldade para organizar estudos online na pandemia. **O Estadão**. São Paulo, p. 1-3. 30 out. 2020.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 58 - 83. Disponível em SciELO Livros:

<https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. **Educação é direito de crianças e adolescentes [Entrevista a Simone Lemos]**. Educação e Direitos. Jornal da USP, São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/artigos/educacao-um-direito-intrinseco-do-cidadao/>. Acesso em: 12 mar. 2023. 2023.

ROCHA, Ynglid; GOBBI, Silvio José. **Direitos da criança à educação**. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 27, 20 de julho de 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/27/direitos-da-crianca-a-educacao>

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

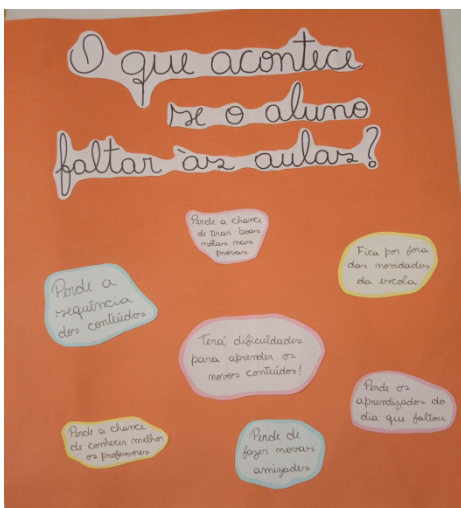
TOQUETÃO, S. C., MONTEIRO, S. N., & SANCHES, E. E. C. (2021). **A educação na pandemia: as relações escola e família permeadas pela tecnologia**. *Revista Interdisciplinar Em Educação E Territorialidade – RIET*, 2(2), 129–147. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/riet.v2i2.14496>

UNICEF. **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ANEXO A - Cartazes

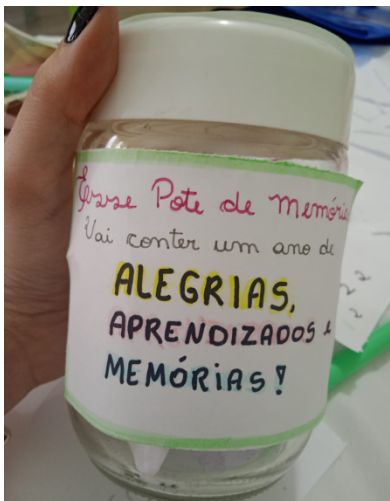


Fonte: Nathallya Lethierry de Gouveia Neves (2022)



Fonte: Nathallya Lethierry de Gouveia Neves (2022)

ANEXO B - POTE DE MEMÓRIAS



Fonte: Nathallya Lethierry de Gouveia Neves (2022)

ANEXO C - SUCULENTAS



Fonte: Nathallya Lethierry de Gouveia Neves (2022)

AGRADECIMENTOS

Seria impossível não iniciar esses agradecimentos Àquele que é o autor da minha vida, quem escreveu minha história, me inseriu neste curso e esteve me sustentando não só nesses quatro anos como também em toda minha vida. Deus, obrigada por tanta graça derramada em minha vida até aqui, por ter sido o meu maior incentivador e me ajudado a prosseguir quando eu quis parar.

Concluir essa etapa da minha vida só foi possível porque pessoas estiveram me ajudando, e a essas agradeço.

Aos meus familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu concluísse o curso de Serviço Social. Em especial a minha avó Miraci Rocha por todo seu apoio, amor e cuidado; Minha mãe Lucileide Lima que sempre se doou ao máximo para me sustentar e ajudar não apenas financeiramente, mas também com apoio e suporte emocional, com companhia, cuidado e amor que foram essenciais para a conclusão deste curso, fazendo até o impossível para que eu nunca desistisse de estudar mesmo quando as circunstâncias me faziam ansiar por isso; A minha irmã Nathyelle Giovanna que se fez presente me apoiando, ouvindo e aguentando cada um dos meus lamentos, assim como celebrando minhas conquistas em cada etapa da minha vida, em especial, durante a trajetória deste curso. Sem vocês não seria possível ter chegado até aqui.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, mesmo que em algumas vezes distantes, mas sempre me dando apoio, compreendendo minhas ausências e me direcionando quando a rota parecia ter se perdido dos meus olhos. Em especial cito Nalisson Emanuel, o amigo que me apresentou o curso. Esther Sousa e Paloma Fontes, as melhores amigas da vida. Ana Luisa, a amiga/gêmea. Maiara Barros, Maria Eduarda, Luana Matias e Renaly Evelyn, que em meio a um grande grupo se fizeram mais próximas. Júlia Andrade, Renata Clemente e Ingrid Bandeira, que seja no início ou no fim do curso, se mostraram disponíveis para me ajudar a concluir o curso e o trabalho presente e por fim, Elaine Cristina por tantas dúvidas tiradas ao longo do curso e tanto incentivo dado, tanto apoio e ensino.

Às minhas colegas de turma que se tornaram amigas para além da sala de aula: Maria Eduarda, Stefanny Beserra e Giselle Cardoso, às quais foram responsáveis por tornarem a caminhada mais leve, partilhando os aprendizados acadêmicos. Estendo a gratidão a minha dupla de estágio Camila Barros que esteve dividindo comigo os anseios e os aprendizados que o contato com a profissão trouxe.

À minha amada igreja Presbiteriana do Jardim que foi expressão do cuidado de Deus para comigo, me dando amparo espiritual, suporte emocional e apoio em todos os sentidos. Obrigada por serem família na prática!

A todos os professores que passaram pela minha vida, contribuindo para cada aprendizado que obtenho hoje e construindo o caminho para que eu chegasse até aqui. Em especial os professores do Instituto Federal da Paraíba, escola que me preparou para entrar na universidade e principalmente os professores do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, estes que com tanta dedicação e desempenho compartilharam seus conhecimentos, suas experiências e um pouco de suas jornadas, sendo as maiores inspiração para profissional que serei!

À minha orientadora do TCC Thereza Karla que aceitou caminhar comigo, estando ao meu lado durante o período de estágio, ouvindo os desafios enfrentados e ensinando com toda sua calma e doçura. Obrigada por ser humana antes de profissional!

Por fim, não menos importante, a minha banca por terem aceitado o convite se fazendo presente nessa etapa tão importante da minha vida. Destaco Maria das Graças, essa que foi minha supervisora de campo e tanto me ensinou com suas palavras e ações sendo a “virada de chave” nessa profissão e me fazendo querer ser um dia metade da profissional incrível que é.